

Quarta-feira, 19 de junho de 1985 — GAZETA MERCANTIL

• Política

NOVA REPÚBLICA

Presidente enviará emenda dia 30

por Helena Daltro
de Brasília

A minuta da emenda constitucional que convoca a Assembléia Nacional Constituinte recebe os últimos retoques no Palácio do Planalto e será apresentada pelo presidente José Sarney ao conselho político do governo na próxima terça-feira, para ser enviada ao Congresso na última semana deste mês.

O presidente José Sarney enviará ao Legislativo uma mensagem expondo os motivos políticos da proposta e uma emenda constitucional atribuindo poderes constituintes ao Congresso eleito no próximo ano. A emenda do Executivo estabelecerá o prazo, provavelmente de um ano, de funcionamento da Constituinte e deve dispor dos critérios para o funcionamento do Congresso durante esse período, informaram os senadores Humberto Lucena, líder do PMDB, e Carlos

Chiarelli, líder do PFL. O texto que está sendo elaborado no Planalto não abordará a participação dos senadores eleitos em 1982, cujo mandato expira em 1990. O presidente José Sarney não opinará sobre a participação ou não desses 23 senadores na Constituinte, deixando para este ou o próximo Congresso essa decisão.

Falta decidir a quem caberá a direção da Constituinte, se ao presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, se ao presidente do Senado senador José Fragelli. O senador Carlos Chiarelli disse que o texto do Executivo deverá opinar sobre essa questão e também detalhar o funcionamento do Congresso no período em que for Constituinte. Há várias propostas nesse sentido, entre as quais deixar o Legislativo funcionando num período do dia, ficando o outro período para a Constituinte, ou fazer com que ambos

funcionem em dias alternados.

A intenção do presidente José Sarney, segundo os líderes, é manter o Congresso em funcionamento no período em que for Constituinte, para que ele não tenha de legislar por decreto-lei. O texto do Executivo, desmembrado em dois documentos, será curto e simples, afirmaram os senadores Humberto Lucena e Fernando Henrique Cardoso, líder do governo no Congresso.

COMISSÕES

Duas comissões serão formadas no início de agosto para debater a Constituinte: a comissão constitucional de alto nível, presidida pelo jurista Affonso Arinos de Mello Franco, no âmbito do Ministério da Justiça, sobre a qual ainda se discutem os critérios de participação, e uma comissão mista interpartidária, com participação proporcional das agremiações, no Legislativo, para examinar e dar parecer sobre a proposta do Executivo.

A comissão Affonso Arinos terá basicamente duas atribuições, explicou Chiarelli: assessorar o presidente José Sarney, oferecendo subsídios a nível

Ulysses não precisa renunciar

por Márcio Chaer
de Brasília

O deputado Ulysses Guimarães não precisará renunciar à presidência do PMDB para substituir o presidente da República quando este tiver de se afastar do Brasil em agosto. Os senadores Affonso Camargo e Pedro Simon, respectivamente ministro dos Transportes e da Agricultura, tampouco perderam suas vagas na Executiva Nacional do PMDB por ocupar hoje cargos no Executivo.

Essa foi a deliberação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dada ontem em resposta à consulta do próprio Ulysses Guimarães, que, na ocasião em que a fez, se interessava apenas pelo caso

dos ministros. Em seu relatório aprovado, o ministro Washington Bolívar não só acatou como também foi além do parecer oferecido pelo procurador geral da República, Sepúlveda Pertence.

Bolívar entendeu que a legislação eleitoral em vigor veda o exercício simultâneo do cargo de direção partidária e de ministro, sendo aplicada, portanto, a figura da licença, o que não implica, obrigatoriamente, abertura da vaga.

Desta forma, ficou implícito que ao deputado Ulysses Guimarães bastará licenciar-se — cujo pedido ele já encaminhou à Executiva pemedebista — da presidência do partido, durante os três dias em que tiver de substituir o presidente da República, José Sarney.

constitucional político e promovendo debates, e subsidiar os parlamentares constituintes. A comissão mista interpartidária vai apreciar a emenda do presidente José Sarney, que ontem foi informado pelos líderes do conselho político sobre o interesse de um grupo de deputados no funcionamento da comissão.

O líder do PMDB na Cá-

mara, Pimenta da Veiga, disse que, ao ser informado sobre a intenção desse grupo de parlamentares, liderado pelo deputado Alencar Furtado (PMDB-PR), de criar e participar da comissão, o presidente José Sarney autorizou a criação da comissão e acatou a idéia de seu posicionamento.

Pimenta da Veiga definiu o funcionamento das duas

comissões: "São comissões que desenvolverão trabalhos concorrentes". O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, completou: "A comissão que examinará a emenda do Executivo será independente da comissão Affonso Arinos". E o senador Fernando Henrique Cardoso já adiantou que não integrará a comissão Affonso Arinos.

SCGERAL
associada à Société C